

Editorial 15**Artigos Doutrinários** 17**Do menor sob guarda e o Sistema da Previdência Social, 17**

Henrique Jorge Dantas da Cruz

Paridade contributiva no regime de previdência complementar, 23

Leonardo Vasconcellos Rocha

Inovações legislativas 31

Lei Complementar 142, de 09/05/2013.

Lei 12.810, de 15/05/2013.

Lei 12.814, de 16/05/2013.

Lei 12.815, de 05/06/2013.

Medida Provisória 613, de 07/05/2013.

Medida Provisória 617, de 31/05/2013.

Decreto 8.017, de 20/05/2013.

Decreto 8.023, de 05/06/2013.

Decreto 8.027, de 13/06/2013.

Uniformização de Jurisprudência 33

Súmula 50

Contrato de depósito. Armazém geral. Indenização por quebra técnica. Decreto 1.102/1903, art. 11, § 1º, 2ª parte. Prescrição trimestral. Reconhecimento de ofício. Aplicação imediata da lei processual civil.

Numeração única: 0002915-92.1998.4.01.3600

Incidente de Uniformização de Jurisprudência 1998.36.00.002912-3/MT

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Acórdãos — Inteiros Teores 61**Corte Especial – Incidente de inconstitucionalidade. Art. 4º, Decreto-Lei 2.425/1988. Submissão ao órgão especial. Necessidade de manifestação. Sequência do julgamento pela turma. Prejudicialidade do incidente. Julgamento contrário ao STF. Embargos de declaração. Efeitos modificativos. Rejeição da inconstitucionalidade, 61**

Numeração única: 0044362-78.2007.4.01.0000

Embargos de Declaração em Arguição de Inconstitucionalidade 2007.01.00.043933-8/MG

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Corte Especial – Suspensão de tutela antecipada. Estrada de ferro Carajás. Expansão. Licenciamento ambiental. Suspensão. Paralisação das obras. Ordem e economia pública. Grave lesão, 65

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela: 0056226-40.2012.4.01.0000/MA
Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

1ª Seção – Ação rescisória. Litisconsorte excluído do julgado rescindendo. Ilegitimidade ativa declarada. Julgamento pela improcedência. Decisões proferidas em processos distintos. Inocorrência de violação à coisa julgada, 71

Numeração única: 0021121-61.1996.4.01.0000

Ação Rescisória 96.01.22406-8/PA

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

1ª Seção – Servidor público. Renúncia à aposentadoria. Recebimento indevido de duas aposentadorias. Reposição ao Erário. Ausência de concordância do servidor. Necessária judicialização, 73

Numeração única: 0038602-80.2009.4.01.0000

Mandado de Segurança 2009.01.00.039673-7/DF

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

2ª Seção – Uso de documento falso e crime ambiental. Concurso de jurisdições da mesma categoria. Guia florestal para transporte de produtos florestais diversos. Lugar onde se consumou o crime mais grave. Competência do juízo suscitado, 76

Conflito de Competência: 0027240-76.2012.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

2ª Seção – Improbidade administrativa. Impossibilidade de incursão no campo probatório, 78

Ação Rescisória 0008660-66.2010.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

3ª Seção – Terras indígenas. Ação anulatória dos procedimentos de demarcação cumulada com pedido indenizatório. Ajuizamento de ação cautelar incidental na pendência do julgamento de embargos infringentes. Manutenção na posse da área demarcada. Competência do TRF 1ª Região, 88

Numeração única: 0075362-28.2009.4.01.0000

Medida Cautelar Inominada 2009.01.00.077931-9/MT

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

3ª Seção – Concurso público. Reprovação de candidato. Afastamento por ação judicial. Nomeação tardia. Determinação de retroação dos efeitos financeiros. Violação de lei. Não ocorrência, 95

Numeração única: 0014638-58.2009.4.01.0000

Ação Rescisória 2009.01.00.016468-8/BA

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

4ª Seção – Receita decorrente de cessão temporária do direito de centralizar o pagamento dos vencimentos de servidores municipais ativos e inativos. Interpretação da cláusula que estipula o tipo de verba a ser incluída na base de cálculo da Receita Líquida Real do município, 105

Numeração única: 0016411-94.2007.4.01.3400

Embargos Infringentes 2007.34.00.016506-9/DF

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

4ª Seção – Conselho Regional de Farmácia. Atividade básica médica. Dispensário de medicamentos. Desnecessidade de exigência de inscrição da empresa e de contratação de farmacêutico responsável, 111

Numeração única: 0002801-62.2003.4.01.3800

Embargos Infringentes 2003.38.00.002787-2/MG

Relator: Juiz Federal Arthur Pinheiro Chaves (convocado)

1ª Turma – Pagamento de quintos incorporados antes do ingresso na magistratura. Impossibilidade. Vantagem não prevista na Loman. Direito adquirido. Inexistência. Mudança de regime jurídico, 116

Numeração única: 0014584-23.2008.4.01.3300
Apelação Cível 2008.33.00.014588-4/BA
Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

1ª Turma – Aposentadoria por tempo de contribuição. Enquadramento profissional: vigilante armado. Reconhecimento do tempo de serviço prestado em atividade especial, 118

Numeração única: 0011232-47.2006.4.01.3811
Apelação/Reexame Necessário 2006.38.11.011247-5/MG
Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

2ª Turma – Concurso de promoção. Advocacia-Geral da União. Critérios. Afronta à LC 73/1993 não caracterizada. Analogia com o critério estabelecido no art. 93, II, b, da CF, para a magistratura. Distinção entre as situações. Ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, 128

Agravo de Instrumento 0026941-02.2012.4.01.0000/DF
Relator: Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida (convocado)

2ª Turma – Segurado exercente de mandato eletivo. Reajustamento do benefício. Critérios. Preservação do valor real, 133

Numeração única: 0000476-19.2005.4.01.3809
Apelação Cível 2005.38.09.000476-1/MG
Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

3ª Turma – Operação Monte Carlo. Paciente militar. Delito de corrupção passiva e formação de quadrilha. Competência da Justiça Federal. Interceptações telefônicas. Legalidade. Medida cautelar de afastamento do cargo, 138

Habeas Corpus 0015338-92.2013.4.01.0000/GO
Relator: Juiz Federal Renato Martins Prates (convocado)

3ª Turma – Furto qualificado. Manutenção de prisão preventiva para evitar continuidade delitiva. Fácil acesso a computador, 142

Habeas Corpus 0020696-38.2013.4.01.0000/MG
Relator: Desembargador Federal Catão Alves

4ª Turma – Inquérito policial militar. Requisição pelo Ministério Público Militar. Autoridade coatora membro do Ministério Público da União. Competência originária do Tribunal Regional Federal, 144

Habeas Corpus 0064497-38.2012.4.01.0000/DF
Relatora: Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho (convocada)

4ª Turma – Ação cautelar preparatória para sobrestamento de ação expropriatória. Prática de trabalho humano degradante. Impossibilidade de desapropriação, 149

Agravo de Instrumento 0076333-08.2012.4.01.0000/GO
Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

5ª Turma – Concurso público. Ministério Público da União. Cargo de técnico em segurança. Nomeação de candidatos aprovados. Necessidade e possibilidade. Interesse legítimo. Proteção perante a competência discricionária, 156

Numeração única: 0027124-60.2009.4.01.3400
Apelação Cível 2009.34.00.027640-7/DF
Relator: Desembargador Federal Fagundes de Deus
Relator p/acórdão: Desembargador Federal João Batista Moreira

5ª Turma – Anistia. Lei 8.878/1994. Servidor admitido sem concurso público. Menos de cinco anos de atividade. Readmissão. Mera liberalidade. Ausência de direito subjetivo ou de interesse legítimo. Demora no respectivo processo. Ausência de direito à indenização, 161

Apelação Cível 0039115-62.2011.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

5ª Turma - Responsabilidade civil. Danos morais e materiais. Reparação decorrente de acidente sofrido em embarcação. Cobrança deduzida contra a União. Omissão na fiscalização e edição de normas de segurança de navegação. Ocorrência da prescrição, 167

Apelação Cível 0002379-38.2012.4.01.3100/AP

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

6ª Turma – Ação civil pública. Programa de compensação ambiental. Legitimidade da Funai para compor a relação processual. Coisa julgada material reconhecida. Relativização da coisa julgada não acatada, 173

Numeração única: 0001399-51.2010.4.01.4300

Apelação Cível 2010.43.00.000749-6/TO

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

6ª Turma – Concurso público. Não ocorrência do direito de indenização decorrente de nomeação tardia do concursando a cargo público em razão de ato administrativo tido por ilegal em decisão judicial transitada em julgado. Alteração da orientação jurisprudencial do STJ. Impossibilidade de retroação dos efeitos funcionais, 180

Numeração única: 0027624-05.2004.4.01.3400

Apelação Cível 2004.34.00.027691-6/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

7ª Turma – IRPJ, CSLL E IRRF. Superavaliação dos custos da empresa. Redução do imposto a pagar. Fraude. Glosa dos valores tidos por excessivos, 185

Numeração única: 0000593-89.1999.4.01.3301

Apelação Cível 1999.33.01.000592-9/BA

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

7ª Turma – IRPJ. Juros sobre capital próprio. Natureza jurídica de remuneração. Inaplicabilidade da isenção permitida pela Medida Provisória 2.222/2001, 190

Numeração única: 0007048-54.2005.4.01.3400

Apelação Cível 2005.34.00.007049-6/DF

Relator: Juiz Federal Arthur Pinheiro Chaves (convocado)

8ª Turma – Apreensão de mercadorias importadas. Subfaturamento. Falsa declaração quanto à natureza do produto. Pena de perdimento. Não cabimento. Pena de multa, 200

Apelação Cível 0016106-37.2012.4.01.3400/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

8ª Turma – Multa por embarço à fiscalização. Participação em comboio. Presunção de legalidade e de legitimidade do ato administrativo. Não demonstração de vício, 203

Numeração única: 0009379-70.2005.4.01.3800

Apelação Cível 2005.38.00.009453-8/MG

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

1ª Turma Suplementar – Imposto de Importação e IPI. Regime de admissão temporária. Autotransformador. Equipamento utilizado no processo de fabricação de outros bens, 205

Numeração única: 0009570-97.2004.4.01.3300

Apelação Cível 2004.33.00.009571-7/BA

Relator: Juiz Federal Marcio Luiz Coêlho de Freitas (convocado)

1ª Turma Suplementar – Pagamento de aluguel de empregado. Condição para o exercício da profissão. Natureza indenizatória. Verba que não compõe base de incidência de contribuição previdenciária, 208

Numeração única: 008011-70.1998.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 1998.38.00.008115-5/MG

Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

2ª Turma Suplementar – Ação civil pública. Danos ambientais apurados em perícia. Responsabilidade da ré afastada no laudo pericial porque efetivados antes de sua aquisição da propriedade. Obrigação *propter rem*, 211

Numeração única: 0005006-12.2003.4.01.3300

Apelação Cível 2003.33.00.004988-4/BA

Relator: Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa (convocado)

3ª Turma Suplementar – Servidor público federal. Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Devido processo legal. Inobservância. Nulidade do PAD. Reintegração devida, 216

Numeração única: 0009518-05.1998.4.01.3400

Apelação Cível 1998.34.00.009540-9/DF

Relatora: Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu (convocada)

3ª Turma Suplementar – Servidores públicos. Disponibilidade por força do Decreto presidencial 99.322/1990. Exclusão da lista dos disponíveis. Efeitos patrimoniais, 219

Numeração única: 0100269-19.1999.4.01.0000

Apelação Cível 1999.01.00.106838-6/DF

Relatora: Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu (convocada)

4ª Turma Suplementar – Empresa de turismo. Mercado de câmbio de taxas flutuantes. Autorização. Revogação. Ausência de motivação. Nulidade, 221

Numeração única: 0022030-15.2001.4.01.3400

Apelação Cível 2001.34.00.022067-0/DF

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

4ª Turma Suplementar – Desembarque de mercadorias importadas. Avarias nas dependências do terminal da Infraero. Indenização por danos materiais, 224

Numeração única: 0005828-10.2003.4.01.3200

Apelação Cível 2003.32.00.005828-1/AM

Relator: Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (convocado)

5ª Turma Suplementar – Petrobras. Contratos de prestação de serviços técnicos especializados. Regime de admissão temporária de equipamento estrangeiro. Extensão do prazo de permanência, 226

Numeração única: 0065624-31.2000.4.01.0000

Reexame Necessário 2000.01.00.075682-6/BA

Relator: Juiz Federal Wilson Alves de Souza (convocado)

5ª Turma Suplementar – Cooperativa. Responsabilização de administradores. Fato gerador posterior ao período de administração. Reparcelamento, 228

Numeração única: 0109752-87.2000.4.01.9199

Apelação Cível 2000.01.99.128883-1/MG

Relator: Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos (convocado)

6ª Turma Suplementar – Princípio da não intervenção estatal na livre organização sindical. Possibilidade de publicação do pedido de registro no DOU, 232

Numeração única: 0021282-66.1999.4.01.0000

Apelação/Reexame Necessário 1999.01.00.024027-3/DF

Relator: Juiz Federal Náiber Pontes de Almeida (convocado)

7ª Turma Suplementar – Mercadoria importada. Despacho aduaneiro. Intenção de desembaraçar as mercadorias. Presunção de abandono afastada, 234

Numeração única: 0002809-21.2002.4.01.3300

Apelação/Reexame Necessário 2002.33.00.002790-9/BA

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

7ª Turma Suplementar – Apresentação de CND para o registro de imóvel. Dispensa. Declaração de que o imóvel não integra o ativo permanente da empresa, 238

Numeração única: 0051520-19.1999.4.01.9199

Apelação Cível 1999.01.00.060257-8/MG

Relator: Juiz Federal Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo (convocado)

Decisões Monocráticas

241

Reintegração de posse de empresa no canteiro de obras do Sítio Belo Monte, 241

Agravo de Instrumento 0025127-18.2013.4.01.0000/PA

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

Pedido de suspensão de cobrança de crédito tributário objeto de discussão administrativa e de processamento e julgamento de recurso especial, 254

Agravo de Instrumento 0021455-02.2013.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Ação de improbidade administrativa. Rejeição em relação a um dos demandados, 256

Agravo de Instrumento 0017197-46.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Inexistência de situação excepcional a impor o recebimento do recurso de apelação no efeito suspensivo. Proteção à saúde, 258

Agravo de Instrumento 0020639-20.2013.4.01.0000/MT

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Remuneração percebida da Unesco, do Pnud e da UNFPA, 260

Agravo de Instrumento 0010644-80.2013.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Deferimento de pedido para decretar a indisponibilidade de bens dos demandados em medida cautelar fiscal incidental, 261

Agravo de Instrumento 0016358-21.2013.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Servidor público. Pedido de afastamento do cargo para tratar de assuntos de interesse particular. Ato administrativo. Presunção de legitimidade. Discricionariedade e compatibilidade com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade e eficiência. Art. 37, caput, da Constituição Federal, 268

Agravo de Instrumento 0007742-57.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Ação civil pública. Ministério Público Federal. Deferimento do pedido de oitiva das testemunhas arroladas, 270

Agravo de Instrumento 0022713-47.2013.4.01.0000/DF
Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Servidor público. Pedido de remoção. Problemas de saúde, 272

Agravo de Instrumento 0010019-46.2013.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Policial Federal. Determinação de retorno imediato às atividades no Departamento de Polícia Federal sob pena de suspensão do pagamento da remuneração, 273

Apelação/Reexame Necessário 0007973-40.2011.4.01.3400/DF
Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Mandado de segurança. Liberação de lote de medicamento retido em porto aeroportuário, 275

Agravo de Instrumento 0024268-02.2013.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Pedido de abstenção da União de suspensão do pagamento da prestação mensal referente à reparação econômica decorrente de anistia, 276

Agravo de Instrumento 0077840-04.2012.4.01.0000/DF
Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Nulidade das cláusulas contratuais que definem o Valor de Remuneração da Rede Móvel – VUM junto às prestadoras Vivo S.A., Claro S.A., TIM S.A. e Oi S.A.. Necessidade de litisconsórcio passivo da Anatel. Fixação da competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda, 279

Agravo de Instrumento 0072074-04.2011.4.01.0000/AM
Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Pedido de reintegração ao serviço público. Alegação de nulidades no processo administrativo que culminou na demissão, 281

Numeração única: 0001839-51.1998.4.01.3400
Apelação Cível 1998.34.00.001843-0/DF
Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Ação popular. Sustação de concursos destinados a artistas, criadores e produtores negros no âmbito do Ministério da Cultura, 282

Agravo de Instrumento 0029353-66.2013.4.01.0000/MA
Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

JEFs em Revista

285

Inscrição no CadIn e ajuizamento de ação de execução fiscal contrariando decisão judicial que determinava a suspensão desses procedimentos. Dano moral configurado, 285

Numeração única: 0044852-51.2008.4.01.3400
Recurso inominado 2008.34.00.903563-0 / DF
Relator: Juiz Federal Rui Costa Gonçalves

Prova vestibular. Candidato vítima de roubo dos documentos minutos antes da realização do certame. Inexistência de tempo suficiente para se proceder ao boletim de ocorrência. Tentativa frustrada de fazer a prova mesmo estando acompanhado de policial que ratificou o roubo. Situação excepcional causadora de danos na esfera emocional do candidato. Dever de indenizar, 288

Numeração única: 0042672-28.2009.4.01.3400
Recurso inominado 2009.34.00.902891-9 / DF

Relator: Juiz Federal Rui Costa Gonçalves

Auxílio-doença. Incapacidade parcial pré-existente ao ingresso do segurado no RGPS. Contratação em vaga de deficiente físico. Sequela de paralisia infantil. Fasceite plantar. Limitação laborativa compatível com o exercício das atividades laborativas habituais, 291

Numeração única: 0014756-82.2010.4.01.3400

Recurso inominado 2010.34.00.904091-6 / DF

Relatora: Juíza Federal Lília Botelho Neiva Brito

Benefício por incapacidade. Possibilidade de revisão administrativa. Curso da demanda, 293

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal: 5000525-23.2012.4.04.7114/DF

Relator: Juiz Gláucio Federal Maciel

Servidores públicos da Justiça Federal. Auxílio-alimentação. Impossibilidade de equiparação com servidores dos tribunais superiores, do CNJ e do TJDF. Isonomia, 294

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal: 0502844-72.2012.4.05.8501/DF

Relator: Juiz Federal Rogerio Moreira Alves

Breviário

297

Exceção da verdade. Crimes de calúnia e difamação. Ausência de elementos indicativos de ato ilícito.

Suspensão de execução de sentença. Impossibilidade de extinção dos contratos de franquia de serviço postal. Grave lesão à ordem e à economia. Ausência de demonstração.

Ação civil pública. Ascensão funcional de servidores da Embrapa. ADI 837/DF. Declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 8.112/1990. Efeito *ex tunc*. Súmula 343/STF.

Ação rescisória. Improbidade administrativa. Impossibilidade de incursão no campo probatório. Enfrentamento da questão no acórdão rescindendo.

Embargos infringentes. Acórdão em confronto com julgado do STF. Novo exame da matéria. Art. 543-B do CPC. Honorários advocatícios em demandas relativas ao FGTS. Art. 29-c da Lei 8.036/1990.

Ação ordinária objetivando afastar a contribuição previdenciária patronal sobre os subsídios dos exercentes de mandato eletivo. Ilegitimidade ativa *ad causam* da Câmara Municipal, destituída de personalidade jurídica própria.

Ação coletiva. Servidor público. Tempo de serviço. Aproveitamento para fins de licença-prêmio.

Revisão de benefício. Afastamento do fator previdenciário. Impossibilidade. Preservação do valor real. Ausência de ofensa ao princípio da irredutibilidade dos benefícios previdenciários.

Exoneração de função comissionada. Efeitos retroativos. Impossibilidade. Ofensa ao princípio da segurança jurídica.

Militar. Pensionista. Dependente com grave estado de saúde. Internamento em hospital estranho à organização militar. Despesas médico-hospitalares custeadas pela União. Possibilidade.

Improbidade administrativa. Prescrição. Não ocorrência.

Emissão de recibo odontológico falso. Sonegação fiscal.

Ação de improbidade administrativa. Ex-prefeito municipal. Não comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos repassados mediante convênio.

Ação de improbidade administrativa. Empréstimo de armas da Polícia Federal para uso em estabelecimento particular.

Desapropriação. Acordo. Cobrança de honorários. Interesses de herdeiros defendidos por advogados diferentes.	
Mineração em terra indígena. Requerimento de pesquisa e lavra na área. Ingresso na lide de cooperativa de povos indígenas como terceira interessada indeferido.	
Danos morais decorrentes de doença profissional adquirida em razão das condições de trabalho oferecidas a servidora. Aposentadoria com proventos integrais. Danos morais.	
Renovação de autorização para funcionamento de empresa de táxi aéreo. Comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazenda Nacional. Exigência ilegal. Meio abusivo de cobrança de débitos pela Administração.	
Antigos servidores da Sucam. Combate a endemias. Manipulação de DDT. Ausência de treinamento e de equipamentos de proteção individual. Confirmação de patologias. Prevalência do laudo do perito judicial.	
Perícia em embarcação. Ação preparatória de ação principal de indenização. Investigação criminal sobre suposto desvio de recursos do fundo da marinha mercante para a construção da embarcação.	
Direito de lavra. Parcial restrição em razão de leis municipais que reconheceram parte da área como sendo de proteção ambiental. Abandono pela concessionária.	
Ação popular. Controle prévio de constitucionalidade de projeto de lei e proposta de emenda à Constituição.	
Óbito de vítima decorrente de explosão de artefato bélico de uso exclusivo das Forças Armadas brasileiras. Conduta omissiva do Estado.	
Ressarcimento. Despesas médicas. Período não abrangido por plano de saúde. Ausência de adesão. Servidor público beneficiado não notificado. Art. 333, II, do CPC.	
Contribuição patronal. Imunidade. Entidade de utilidade pública.	
Imóvel de propriedade da União. Tributos municipais exigidos de cessionário, pessoa jurídica de direito privado.	
Execução fiscal em vara federal. Arresto de pagamentos e bloqueio de ativos financeiros em nome agravante, sucessora da executada.	
Inaptdão do CNPJ: empresa (inexistente de fato) que atua por interpostas pessoas para viabilizar atuação empresarial do seu real proprietário.	
Frete de uniformização de preços – FUP, estabelecido pelo Conselho Nacional do Petróleo – CNP para uniformização de preços de derivados de petróleo em todo o território nacional.	
IR. Incidência sobre montante integral recebido por força de decisão judicial proferida pela justiça trabalhista.	
Aplicação de pena de perdimento. Veículo importado por diplomata. Existência de indícios suficientes para fundamentar a decisão administrativa.	

Repositórios Oficiais de Jurisprudência	319
--	------------

Instruções Editoriais	321
------------------------------	------------